

“O QUÊ QUE A BAIANA TÊM?” DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA FEMININA NA BAHIA: UMA HISTÓRIA POUCO CONTADA

Hete Teixeira Leal¹

“Este é tempo de divisas, tempo de gente cortada...
É tempo de meio silêncio, de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso na esquina.”

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO: A ditadura militar brasileira, que perdurou oficialmente por vinte e um anos (1964 a 1985), deixou profundas cicatrizes na sociedade, como um regime violento. Neste sentido é necessário afirmar que, a luta por um ideal de justiça, neste cenário de prisões, torturas, exílios e assassinatos premeditados, foi responsável por arrancar das quatro paredes de domicílios espalhados por todo o Brasil, mulheres que romperam com estigmas de seu tempo, pegaram em armas, foram torturadas, exiladas, e morreram em combate pela transformação social. A opção em trabalhar com a experiência feminina na militância contra os órgãos de repressão, se deu entre outros motivos, pela relevância em contribuir para trazer à cena pública a história de mulheres que deixaram impressas suas digitais na luta do povo brasileiro pela redemocratização do país. Segundo Ana Maria Colling (1997), o surgimento de sujeitos históricos, tais como, operários, camponeses, escravos e mulheres que até então se encontravam subestimados ou numa escala de menor importância, representa a tentativa de corrigir a história, pluralizando-se os objetos de instigação e admitindo a existência destes indivíduos como sujeitos históricos. São recentes as produções historiográficas sobre as mesmas, onde se busca por fim ao aparente silêncio e invisibilidade a que estavam relegadas. Neste sentido, a relevância desta pesquisa está na ampliação dos estudos que pretendem esclarecer e trazer a tona o papel das mulheres enquanto sujeitos da história.

INTRODUÇÃO

Diferentemente da Europa e dos EUA, onde o movimento feminista ganha destaque no início da década de 60, no Brasil esse fenômeno só começa ganhar corpo a partir de meados da década de 70. A análise conjuntural do período mostra que a Ditadura Militar, foi em parte responsável pelo advento tardio do movimento feminista no Brasil, uma vez que, o discurso oficial deste regime buscava “pregar a moral e os bons costumes”, implementando normas que

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e da cidade (GEPEMDECC);Email: hete.leal@hotmail.com

iam além do campo político e econômico, mas que acima de tudo ditavam regras de conduta para cada cidadão brasileiro. Neste sentido, temas como sexualidade feminina, métodos anticoncepcionais, divórcio e aborto eram considerados como promíscuos e um perigoso atentado ao código de ética e moral estabelecido.

Todos esses obstáculos aliados as transformações sociais em curso a partir dos anos 60, foram fatores que possibilitaram a efetivação da mulher enquanto sujeito político, marcado pela gradativa inserção da mulher nas universidades e no mercado de trabalho, mas para, além disso, uma crescente politização e conscientização deste público feminino.

Para Colling (1997), num contexto em que o espaço político estava único e exclusivamente reservado ao homem, coube a mulher a ousadia de adentrar ao espaço público, à arena política, transgredindo todo o código de gênero da época para juntamente com os homens fazer oposição ao regime militar brasileiro.

Obviamente não foram poucas as barreiras com que essas mulheres se depararam numa sociedade altamente masculinizada. Além do enfrentamento com o Estado opressor, que via na mulher militante uma dupla transgressão, primeiro pela contestação ao regime, depois por ser mulher e está ousando desafiar o código vigente que relegava a elas tão somente o acesso ao espaço privado. Realidade que fica ainda mais evidente nas palavras de Elizabeth Ferreira: “Não eram xingadas somente por serem ‘terroristas’; eram duplamente desclassificadas por serem ‘terroristas’ e mulheres, infame combinação para os agentes da repressão”².

Ainda era preciso enfrentar os obstáculos impostos pela família, que para muitas militantes era a principal dificuldade, o que fazia com que algumas escondessem sua atividade. Não podemos esquecer de mencionar o enfrentamento cotidiano com alguns dos membros das organizações, que criavam impossibilidade de delegar tarefas de comando, com a falsa justificativa da incapacidade da mulher de executar determinadas ações, por ser segundo eles o “sexo frágil”, ou até mesmo por supostamente não contar com a força e coragem, qualidades ditas essencialmente masculinas.

Por último, porém, não menos relevante ainda existia o embate com a sociedade, que não via com um olhar positivo esse atrevimento e por vezes rotulavam essas mulheres de forma pejorativa.

² FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, P.155.

No estudo de Colling (1997), fundamentado em documentos do DOPS acerca dos discursos sobre a repressão sobre as mulheres militantes de esquerda, fica evidente que:

A construção do sujeito político feminino pelos órgãos da repressão é uma tentativa de desconstrução do sujeito político autônomo, enquadrando a mulher militante como apêndice dos homens, incapaz de decisão política [...] também as próprias organizações de esquerdas reproduziam o discurso dominante de que o poder político e masculino; os discursos sobre a as relações de gênero não faziam parte do seu programa. (COLLING, 1997, P.111)

Na dissertação de mestrado³ “Ousar lutar, ousar vencer”: História da luta armada em Salvador (1969-1971), Sandra Regina Barbosa da Silva, faz uso de uma citação da obra, A Guerra de Guerrilhas, onde Che Guevara, símbolo emblemático dos processos revolucionários na América Latina, discute formas de participação das mulheres na luta guerrilheira. É necessário destacar que o discurso de Che, em alguns trechos demonstra certa “evolução” para o período, em outros momentos ainda reproduz a concepção de submissão e limitação das atividades desempenhadas pelas mulheres.

O papel que pode desempenhar a mulher em todo o desenvolvimento de um processo revolucionário é de extraordinária importância [...] A mulher é capaz de realizar os trabalhos mais difíceis, de combater ao lado dos homens e não cria, como se pretende, conflitos de tipo sexual na tropa. Na rígida vida combatente, a mulher é uma companheira que traz as qualidades próprias de seu sexo, mas que pode trabalhar o mesmo que o homem. Pode lutar, é mais fraca mas não menos resistente que o homem. Pode realizar toda a classe de trabalhos de combates que o homem faça [...] a mulher pode ser indicada para um considerável número de ocupações específicas, das quais, umas das mais importantes, seja a de comunicação entre as diversas forças combatentes[...] e inclusive objetos de um certo tamanho, como balas, são transportados por mulheres, em faixas especiais, que levam embaixo das saias. Mas também nesta época podem desempenhar suas tarefas habituais e é muito gratificante ao soldado submetido à duríssimas condições de vida, poder contar com uma comida variada, com gosto de algo (um dos grandes suplícios da guerra era comer um grude pegajoso e frio, totalmente insosso). A cozinheira pode melhorar muito a alimentação, além disto, é mais fácil mantê-la em sua tarefa doméstica, pois um dos problemas que se defrontam as guerrilhas é que todos os trabalhos de índole civil são depreciados pelos que realizam e tratam de abandonar estas tarefas e ingressam nas forças ativamente combatentes [...] (CHE GUEVARA, apud SILVA. 2003, pg. 132)

³ Mais adiante faremos uma análise mais detalhada da obra.

É preciso evidenciar que as mulheres não se lançaram na militância política, único e exclusivamente com o propósito de derrubar o governo militar, mas, também numa busca incansável de transformar a sociedade brasileira, travando um combate diário contra as injustiças e a miséria ocasionada pela desigualdade social.

Uma questão que frequentemente tem sido apontada pela bibliografia referente à resistência feminina ao regime militar brasileiro é que poucas foram as mulheres que ocuparam postos de comando nas organizações de esquerda. Contudo, muitas dessas mulheres lutaram ao lado de homens em atividades como, pichações, panfletagens, expropriações de bancos, seqüestros de avião, armamentos de bombas, além de garantir apoio logístico as ações de grupos guerrilheiros, no campo e na cidade. Ainda era comum que elas realizassem o mapeamento de horários, percursos e deslocamento de autoridades estavam marcados para serem alvos de expropriações e seqüestros.

Os grandes heróis da resistência ao regime militar brasileiro têm sido estereotipados ao decorrer do tempo e nesse perfil que tradicionalmente foi desenhado e culturalmente vem sendo difundido, o militante, o guerrilheiro tem sexo, e é o masculino. Essa “sexualização da luta” fica muito evidente na descrição da militância estudantil do período, feita por Flávio Campos e Renan Garcia de Miranda: os militantes que protestavam em 1977 eram “cabeludos, barbudos e inconformados”.⁴

Couberam as mulheres os bastidores de um episódio onde o feminino estrelou tanto quanto o masculino. Nesta perspectiva, essa pesquisa busca investigar a participação da mulher neste contexto, analisando como as produções acadêmicas baianas têm trabalhado a temática da militância feminina na resistência à Ditadura Militar brasileira. Além disso, pretende-se apontar a deficiência da historiografia brasileira na abordagem do envolvimento feminino nos movimentos de oposição ao regime, na busca de, contribuir para dar vez e voz à mulher que, rompeu com todos os princípios de um código de conduta definido exclusivamente para mulheres. Princípios estes que estavam sustentados pela égide da subalternidade, dependência e inferioridade, tudo muito bem estruturado por uma sociedade patriarcal e moralmente conservadora.

⁴ CAMPOS, Flávio de & MIRANDA, Renan Garcia. A escrita da História. São Paulo: Escala Educacional, 2005. p.576.

(DES) COBRINDO ELAS: Análise de obras nacionais e o desafio de inserir a mulher na história e na luta.

A história é feita por homens e mulheres a cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco político por eles montado. Muitas dessas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios, historicamente construídos, porque a história tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos. (COLLING, 1997, p.5)

O tema desta pesquisa ainda é muito pouco explorado, seja no campo da historiografia, da sociologia ou mesmo da antropologia. Em nível de produção nacional, encontramos poucos trabalhos que discutem a questão da participação das mulheres nas organizações de luta armada contra o regime militar brasileiro.

Em *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*, Ana Maria Colling, discute a inserção e participação das mulheres militante política nas organizações de oposição ao Regime Ditatorial no Brasil. Colling (1997) faz uso da categoria gênero para travar o debate sobre a histórica relação de poder existente entre homens e mulheres. Para a autora, é preciso falar em gênero em vez de sexo, pois, pressupõe dizer que a condição feminina não está imposta pela natureza, pela biologia, pelo sexo ou pela criação divina, mas que é sim, resultado de uma invenção determinada e engenhada por práticas sociais, culturais e políticas.

A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comandam. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram essas mulheres ao se engajarem nas organizações de esquerda, clandestinas para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão. (COLLING, 1997, p.7)

O trabalho de Ana Maria Colling é inovador e se constitui atualmente como uma referência, seja para o estudo sobre a resistência das mulheres brasileiras à Ditadura Militar, seja para compreender melhor como se constituiu no decorrer dos tempos, as representações a cerca da mulher. Para isto, a autora, faz um debate sobre a dicotomia entre o público e o privado existente na história das mulheres. É preciso dizer que muito mais que a separação entre os sexos em duas esferas, foi imposta também uma espécie de hierarquização e valorização destes espaços. Ao feminino que estava permeado de valores como, emoção, amor, sensibilidade, carisma e doçura estava destinado o espaço privado do lar, da família, do casamento e maternidade. Ao masculino que se encontrava blindado de características fortes, razão, sabedoria, poder, estava posto a esfera da política, do espaço público, da justiça, palco não

recomendado às mulheres. Conforme discute Michelle Perrot⁵, “a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria.”

O estudo de Maria de Fátima da Cunha⁶ vem na perspectiva de narrar a história da guerrilha através do olhar feminino, contudo, não se omite de tecer um paralelo entre os depoimentos dessas mulheres militantes com outros documentos. A autora trata ainda de incluir no trabalho relatos de experiências daquelas que tiveram um contato indireto com a luta armada.

Outro trabalho relativamente significativo é o artigo, as mulheres na política brasileira: Os anos de chumbo⁷, de Marcelo Siqueira Ridenti, onde o autor faz uma análise de uma série de dados estatísticos sobre a participação feminina nas organizações de esquerda nos anos 60 e início dos anos 70. A partir destes números, Ridenti evidencia que diversas mulheres, muitas delas jovens intelectualizadas, atuaram em várias funções ao lado de homens na oposição ao regime, os números mostram ainda que em número a participação feminina era muito inferior ao envolvimento masculino, realidade natural para o período. O autor problematiza ainda que, embora, a atuação nas organizações armadas efetivamente não representasse um caráter especificamente feminista, foi um momento decisivo na construção dos caminhos para a libertação da mulher.

[...] Reflete um progresso na libertação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter feminista, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80[...] pela opção dos grupos guerrilheiros que implicavam que, pelas suas características, tendia afastar a integração feminina [...] a participação feminina nos grupos armados era percentualmente mais elevada que nas esquerdas tradicionais, como revelam os dados sobre mulheres processadas por integração ao PCB, cerca de 5 %. (RIDENTI, 1990, p.189)

Segundo Ridenti (1990), em geral os grupos de esquerda, no período da Ditadura Militar, eram compostas principalmente por homens. Em números, isso significa que, de um total de 4.124 processados, 3.464 eram homens (84,0%). No que se refere às organizações

⁵ PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. São Paulo: UNESP, 1998, p. 7.

⁶ CUNHA, Maria de Fátima. A face feminina na militância clandestina de esquerda – Brasil anos 1960/70. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 2000.

⁷ RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social; Rev, Sociol, USP, S. Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

armadas urbanas, identificou-se um percentual de 15 % a 20% de mulheres. Precisamos levar em consideração, que este percentual não pode ser visto como tão pequeno, pois, até o final da década de 60, as mulheres ainda ocupavam posições de submissão, tanto no meio político quanto em âmbito social. Segundo o autor, a atuação feminina em grupos armados urbanos representava uma média de 18%.

A antropóloga Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996), em sua obra *Mulheres, Militância e Memória*, faz uso de treze depoimentos de mulheres de diferentes cidades brasileiras, pertencentes à classe média. Todas foram presas e sofreram algum tipo de tortura durante os anos da Ditadura Militar no Brasil. A autora também utiliza do conceito de gênero como categoria de análise para compreender e problematizar situações limites de pressão física e psicológica. Ferreira (1996) engaja trajetórias individuais, na construção de uma memória coletiva dos anos da ditadura militar. Para tanto, o trabalho é recortado em três emblemáticos momentos: “A idade da inocência”, que faz referência a iniciação na militância política; “A idade do perigo” que representa a clandestinidade, tortura e prisão; e o retorno a legalidade, que no livro é traduzido como “A idade da razão”.

DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA FEMININA NA BAHIA: Um estudo sobre as produções acadêmicas na Bahia

Buscaremos neste momento realizar uma análise, ainda que superficial, das produções acadêmicas na Bahia sobre o Regime Militar, bem como do envolvimento e atuação das mulheres neste contexto de luta e resistência. Para tanto, foi feito o mapeamento de Dissertações e Teses do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e História Social da Universidade Federal da Bahia. Foram analisadas 10 produções, entre elas, 7 dissertações de mestrado, 3 teses de doutorado. Optei por organizá-las por ordem cronológica de publicação.

O primeiro trabalho analisado foi a dissertação de mestrado em Ciências Sociais, defendida por Sílvio César Oliveira Benevides em 1999. É proibido proibir – uma geração na contramão do poder: o movimento estudantil na Bahia e o jovem, inaugura na Bahia um ciclo de trabalhos sobre a Ditadura Militar. O autor desenvolve sua pesquisa trabalhando com a temática do movimento estudantil no Brasil entre os anos sessenta e setenta sempre dialogando com o movimento estudantil na Bahia, trabalha o estudante como geração jovem, neste sentido,

oferece um panorama bastante interessante sobre a posição do jovem tanto do ponto de vista sociológico quanto histórico.

A partir da análise das entrevistas realizadas, Benevides (1999) aponta um dado curioso:

De acordo com 95% dos depoentes, a esquerda costumava, de fato negligenciar questões mais específicas ligadas à individualidade, como por exemplo a questão de gênero, raça, orientação sexual e das drogas. Isso transparecia entre os militantes do ME que jamais discutiam tais questões nas assembleias e reuniões, pois acreditava que elas eram questões irrelevantes sob o ponto de vista de um valor político revolucionário difundido pelo ideário socialista [...] Por exemplo, no que se refere à questão das relações entre gêneros, 70% dos entrevistados afirmaram que esta questão era discutida apenas em bares ou festas, nunca nas reuniões do ME, mesmo havendo muitas mulheres envolvidas na militância. Isso era um reflexo da posição da mulher na sociedade como um todo, de acordo com eles. As discussões em torno dessa questão só começaram a ocorrer no ME no final dos anos setenta, mais precisamente em 1978 e 1979, quando os primeiros exilados políticos retornaram ao Brasil trazendo na bagagem preocupações que não estavam unicamente ligadas aquelas preconizadas pelas concepções tradicionais do socialismo daquelas décadas. (BENEVIDES, 1999, p.85)

Outros tantos autores já sinalizaram que para a esquerda naquele momento o grande foco e único compromisso eram com a revolução socialista. Portanto, tem se usado desta prerrogativa como forma de justificar o não debate de questões mais específicas como, gênero, raça e orientação sexual.

No geral, pode-se dizer que o ME não pode ser considerado um movimento que visava explicitamente inovar quando se tratava de questões mais pertinentes à individualidade; portanto, não buscava necessariamente alcançar questões vinculadas a uma esfera política do eu e do corpo. Os estudantes, de um modo geral, não costumavam levantar bandeiras que contemplassem causas referentes ao âmbito comportamental. Entretanto, se considerarmos que eles estavam inseridos num contexto histórico mais amplo, marcado por constantes mudanças comportamentais e de valores, é possível afirmar que o ME também foi responsável, ainda que diretamente, por algumas dessas mudanças. (BENEVIDES, 1999, p.87)

A subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia, dissertação de mestrado apresentada em 2001, por José Alves Dias, ao Programa de Pós-graduação em História Social, discute as articulações que desencadearam o golpe de 1964, bem como os impactos do regime que surgia, no território baiano. O autor trabalha com os aspectos do golpe, sobretudo, em municípios do interior do estado, analisa e enumera as manifestações

estudantis e de demais segmentos sociais organizados contra a Ditadura Militar e as ações ilegais de seus representantes no estado.

Na obra é relatada de forma superficial a atuação de organizações femininas e católicas no processo de desestabilização do governo Goulart. Destaque para a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), entidades que contribuíram na articulação de passeatas para combater o tão temido “Comunismo ateu”, que ficaram famosas com a nomenclatura de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Além disso, através de gráficos, o autor traça o perfil dos estudantes universitários nos anos 60, sendo que em um deles evidencia que a maioria destes estudantes era do sexo masculino, o que numericamente representa 66,6%, contra 34,4% de estudantes mulheres.

No geral a obra não adentra na discussão da militância feminina, todas as referências feitas ao sexo feminino, estão englobadas em algum outro debate que de forma nenhuma se refere à problemática da questão de gênero em si.

Na dissertação de mestrado em Ciências Sociais, de Antonio Eduardo Alves de Oliveira, intitulada, O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70, o autor que foi militante ativo do movimento estudantil na década de 90, afirma no trabalho que este foi um dos elementos motivadores para o desenvolvimento da pesquisa.

Além do uso de fontes históricas e periódicos o trabalho é constituído de entrevistas, que para o autor, *proporcionaram uma espécie de “retrato vivo” do movimento estudantil, a partir dos seus principais protagonistas*. Vários foram os aspectos abordados no roteiro das entrevistas, entre eles, assuntos relacionados à vida pessoal, lembranças referentes a bandeiras, relacionamentos e reivindicações, além da importância e conseqüências da atuação no ME para as vidas dos militantes entrevistados.

No decorrer da obra, Oliveira resgata o processo de reorganização do movimento estudantil baiano, no pós AI-5 e sua intensificação no contexto de reabertura política do país. O autor trabalha analisando a estrutura das organizações estudantis, discutindo concepções e valores compartilhados por militantes destes grupos.

Para meu estudo especificamente três quadros da obra aguçaram mais minha atenção. O primeiro trata-se do “*Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados*”, pois de um total de 22 entrevistas com as principais lideranças do movimento estudantil na segunda metade da década de 70, identificou-se que apenas 3 eram do sexo feminino. O segundo destaque é para o “*Quadro 2 – Pensamento e ação do movimento estudantil na Bahia segundo a visão dos protagonistas*”,

pois quando questionados sobre temas diversos como, valores, bandeiras, objetivos das ações, em nenhum momento é feita referência às questões voltadas a reparar as desigualdades nas relações de gênero. Por fim, a “Tabela 3 - Valores democráticos e críticas a opressão” são elencados uma série de indicadores que os entrevistados adotavam como referência para a concepção de democracia e crítica a opressão, entre elas: liberdades democráticas, liberdade para a entidade, liberdade de ação, oposição à repressão, oposição à censura, liberdade de expressão, autonomia, liberdade sindical, liberdade de organização e liberdade individual. Ou seja, não concebiam a liberdade feminina como uma das condições para a consolidação da democracia e fim da opressão.

“Ousar lutar, ousar vencer”: história da luta armada em Salvador (1969-1971) é o título da Dissertação de Mestrado em História Social, submetida por Sandra Regina Barbosa da Silva, em 2002. A autora se propõe “recuperar aspectos da história da luta armada em Salvador durante os anos de 1969 a 1971”, para isso ela faz o estudo de três organizações de esquerda armada urbana: Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e o Partido Comunista Brasileiro revolucionário (PCBR). Neste estudo a autora vai trabalhar aspectos como, a formação, a estrutura e o funcionamento dessas organizações. No decorrer do trabalho, Sandra Regina frisa que “a Bahia não foi apenas área de recuo no que se refere à resistência ao regime militar brasileiro”. As fontes utilizadas são em grande parte, fontes orais, depoimentos de ex-militantes, também foram analisados processos do Fundo Brasil Nunca Mais e Jornais de circulação local. Tudo com o intuito de como a própria autora diz “apresentar como aconteceu a resistência da esquerda armada na Bahia”. O trabalho conta ainda com tabelas que divide os militantes por sexo, cor de pele, faixa etária e ocupação.

No decorrer da pesquisa, Silva defende que os acontecimentos que repercutiam pelo país, ganhavam destaque impulsionando manifestações populares em Salvador, grande parte destas manifestações partiam dos estudantes. Serve para exemplificar acontecimentos como: A morte do estudante Edson Luis, no Rio de Janeiro e a prisão dos estudantes no congresso da UNE, em Ibiúna.

De todas as produções baianas analisadas esta foi a que mais se aproximou e problematizou de alguma maneira a questão da mulher na resistência ao Regime Militar. A autora aponta existência de uma lacuna na historiografia brasileira e baiana no que tange a

discussão da participação feminina nas organizações armadas de esquerda, e ainda o seu desejo de contribuir neste sentido, em outro momento e espaço.

Muito recentemente têm se desenvolvido as pesquisas de gênero, cujo o núcleo é a participação das mulheres na luta de resistência à ditadura militar. Caracterizadas pela utilização de depoimentos esses trabalhos vêm trazendo à luz a memória feminina sobre a época. (SILVA, 2002, p.20)

É trabalhado na obra o posicionamento do “Comitê Central do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro”, 1967, onde é exposta a compreensão dessa organização partidária sobre o papel da mulher na luta revolucionária.

Na cidade como no campo, deve o Partido preocupar-se em recrutar combatentes entre mulheres e os jovens. É indispensável vencer, em nossas fileiras, o descaso para com o papel da mulher nas lutas revolucionárias e ao mesmo tempo, com indispensável contribuição das próprias mulheres, buscar a melhor maneira de organizá-las, dentro e fora do Partido⁸.

O que chama mais atenção na pesquisa é o significativo número de mulheres entrevistadas e citadas, seja em condição de liderança das organizações, seja em postos hierarquicamente secundários, o que só comprova que várias mulheres atuaram também como protagonistas de lutas travadas em cenários baianos.

O trabalho de dissertação de mestrado de Antonio Maurício Freitas de Brito, com o título, Capítulos de uma História do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969), defendido em 2003, no Programa de Pós-graduação em História Social, trabalha especificamente com a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Bahia, fazendo um debate sobre como se deu o enfrentamento, em especial de professores e estudantes, a implementação de uma política educacional que tinha como fundamentos básicos a política institucional do regime militar instaurado em 1967.

Ação entre amigos: História da Militância do PC do B em Salvador (1965-1973), Dissertação de Mestrado em História Social, defendida por Andréa Cristiana Santos em 2004, traz a tona o debate sobre vários aspectos da militância do Partido Comunista do Brasil (PC do

⁸ Informe de Balanço do Comitê Central do VI Congresso. 1967, 114, apud SILVA, S. R. **“Ousar lutar, ousar vencer”**: história da luta armada em Salvador (1969-1971). 2002, Dissertação de Mestrado (História Social), Universidade Federal da Bahia, p. 132.



B) na capital do estado baiano, entre os anos de 1965 a 1973. Ao longo do trabalho a autora desconstrói uma série de mitos e aponta alguns equívocos, sobre esta organização política, como por exemplo, a inconsistência do PC do B na sua orientação político militar e a improvisação da operação que levou a Guerrilha do Araguaia.

Andréa Cristiana (2004) faz um trabalho com fontes diversificadas, entre elas, material de jornais e panfletos do período estudado, processos judiciais do Fundo Brasil: Nunca Mais, além de depoimentos orais. No total foram 35 entrevistas realizadas, sendo que apenas 9 destas foram com mulheres. Outro dado que chamou atenção foi o número de mulheres que atuaram nas fileiras do Partido Comunista da Brasil, no período em debate, a autora aponta que de um total de 75 militantes⁹, 60 eram homens e 15 mulheres, o que representa 20% de participação feminina na militância do PC do B entre os anos de 1965 a 1973.

A pesquisa de Grimaldo Carneiro Zachariadhes, CEAS: Jesuítas e a questão social durante a ditadura militar, dissertação de mestrado em História Social, submetida em 2007. Neste trabalho Zachariadhes discute o trabalho desenvolvido pelo CEAS - Centro de Estudos e Ação Social, durante o período da ditadura militar no Brasil. A pesquisa se desenvolve a partir do estudo de material interno desta organização e de cadernos do CEAS, revista publicada pela instituição desde 1969. O CEAS foi fundado pelos Jesuítas, em Salvador, segundo o autor, “é fruto das transformações porque passou a Companhia de Jesus durante o século XX e o seu envolvimento cada vez maior nas questões sociais”. A leitura da obra possibilita identificar como o CEAS se tornou mais uma organização empenhada no papel de fazer resistência aos militares na Bahia, além de representar naquele contexto uma importante referência teórica para os diversos setores católicos no Brasil.

Um caminho brasileiro para o socialismo. A trajetória de Mário Alves (1923-1970), tese defendida em 2007, no Programa de Doutorado em História Social, por Gustavo Falcón, é um trabalho em essência diferente de todos os outros aqui analisados, pois, trata-se da biografia de Mário Alves de Souza Vieira, conforme o autor resume, “um dos mais importantes dirigentes comunistas brasileiros entre os anos de 1940 e 1960”. O objetivo central da pesquisa é resgatar a trajetória de vida e política de Mário Alves, que para Falcón (2007) contribuirá no sentido de preencher uma lacuna existente no campo da história bibliográfica.

⁹ Dados extraído da 6ª Circunscrição da Auditoria Militar, com processos arquivados no fundo Brasil:Nunca Mais (BNM) e inquérito policial(IPL 20/69) arquivado na Superintendência da Polícia Federal Bahia e Sergipe.

Já discutimos aqui a dissertação de Antonio Maurício Freitas de Brito, que dando seguimento a esse trabalho apresenta em 2008, a Tese de Doutorado em História Social, intitulada, O golpe militar de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968). Neste trabalho o autor trás entrevistas com militantes estudantis da UFBA, de ambos os sexos, contudo, nenhuma destas faz referência à questão específica da condição feminina. Com o propósito de investigar as principais ações desenvolvidas pelo movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia - UFBA o estudo encontra fundamentação teórica principalmente em jornais, atas do conselho universitário, atas das congregações e fontes orais.

A última obra analisada foi a Tese de Doutorado em História Social, defendida pelo professor Belarmino de Jesus Silva. Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memória as disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992) discute fatores do cotidiano político no município de Vitória da Conquista dando um enfoque principal ao período de 1962 a 1992. O autor organiza uma espécie de quebra cabeça das disputas pelo poder político municipal sempre contextualizando os embates e contradições locais com o cenário político nacional e estadual. O trabalho também dá conta de desconstruir o mito da “Regionalização da resistência à Ditadura Militar”, discutindo ações executadas fora do cenário Rio – São Paulo e grandes centros urbanos, temática também abordada por Sandra Regina Barbosa da Silva, na dissertação, “Ousar lutar, ousar vencer”: História da luta armada em Salvador (1969-1971).

Para Foucault (1979) é preciso desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la a partir de pilares verdadeiros, transparentes e igualitários. Tomando como base essa afirmação dialogamos em todo desenvolvimento deste trabalho com uma questão que percebemos ainda enquanto um problema: o limitado número de pesquisas que trazem à cena política das páginas da história, a vivência de mulheres. Mães, esposas, estudantes, trabalhadoras, figuras que conseguiram aliar inúmeras atividades ao sonho de lutar por uma sociedade mais justa, menos opressora. A priori, apontar a existência desta escassez bibliográfica sobre o assunto era o principal objetivo desta pesquisa, que será aproveitada posteriormente na elaboração de um trabalho que se propõe de fato discutir a temática em questão.

Referências

- BENEVIDES, S. C. O. É proibido proibir – uma geração na contramão do poder: o movimento estudantil na Bahia e o jovem, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia.
- BRITO, A. M. F. Capítulos de uma História do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969). 2003, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia.
- BRITO, A. M. F. O golpe militar de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968). 2008, Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia.
- CAMPOS, Flávio de & MIRANDA, Renan Garcia. A escrita da História. São Paulo: Escala Educacional, 2005
- COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- COSTA, Albertina de O. et alii (org.), Memória das mulheres do exílio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- CUNHA, Maria de Fátima. A face feminina na militância clandestina de esquerda – Brasil anos 1960/70. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 2000.
- DIAS, J. A. A subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia, 2001, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.
- FALCON, G. Um caminho brasileiro para o socialismo. A trajetória de Mário Alves (1923-1970). 2007, Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Muniz Gonçalves. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. [www.Fundaj.gov.Br]
- JOSÉ, E. e MIRANDA, O. Lamarca o capitão da guerrilha. 11ª ed. Rio de Janeiro: Global, 1987.
- MAIA, C. Memórias de um militante socialista. Vitória da Conquista, 2001.
- OLIVEIRA, A. E. A. O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia.
- PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. São Paulo: UNESP, 1998.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social; Rev, Sociol, USP, S.Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.
- SANTOS, A. C. Ação entre amigos: História da Militância do PC do B em Salvador (1965-1973). 2004, Dissertação de Mestrado (História Social), Universidade Federal da Bahia.
- SILVA, S. R. “Ousar lutar, ousar vencer”: história da luta armada em Salvador (1969-1971). 2002, Dissertação de Mestrado (História Social), Universidade Federal da Bahia.

SOUZA, B. J. Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memória as disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992). 2010 Tese de Doutorado (História Social), Universidade Federal da Bahia.

ZACHARIADHES, G. CEAS: Jesuítas e a questão social durante a Ditadura Militar. 2007, Dissertação (Mestrado História), Universidade Federal da Bahia.